

1 **ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DAS CÂMARAS TÉCNICAS INSTITUCIONAL E DE**
2 **PLANEJAMENTO E INVESTIMENTO DO CEIVAP – DIA 26 DE JULHO DE 2002-RESENDE- RJ.**

3 Aos 26 dias do mês de Julho de 2002, nas dependências do SESI na cidade de Resende- RJ, com a presença dos membros
4 efetivos e suplentes das Câmaras Técnicas CEIVAP, conforme lista de presença anexa, foi iniciada a reunião com a
5 seguinte ordem do dia constante da convocação: **1. Aprovação das Atas das reuniões dos dias 21/03, 25/04, 15/5 e 14/06;**
6 **2. Acompanhamentos e discussão da implementação da Deliberação 08/01- Cobrança pelo uso da água (Plano de**
7 **Recursos Hídricos Inicial, Instituição da Agência de Água da Bacia, Processo de Regularização dos Usos,**
8 **Metodologia de cobrança dos demais usos previstos em Lei); 3.Avaliação da consulta da Associação de Usuários das**
9 **águas do Médio Paraíba do sul sobre a criação de Comitê ou Sub- Comitê do Médio Paraíba do Sul; 4.Assuntos**
10 **Gerais.** Com a palavra o Sr. Eduardo Meohas – Presidente do CEIVAP, abril a reunião agradecendo a presença de todos, e,
11 após as suas considerações, designou o Sr. Flávio Simões como secretário “ad hoc” da reunião; passando a palavra para o
12 Sr. Josemar Coimbra da Prefeitura Municipal de Barra do Pirai (RJ), que alertou a todos sobre o grave problema de uma
13 macha de óleo, ocorrido no trecho que compreende Barra Mansa a Barra do Pirai no Rio Paraíba, e que se diluiu depois de
14 Pinheiral, fato que despertou grande preocupação para todos que utiliza destas águas para o consumo em geral, e, propõe
15 que seja implantado um sistema de monitoramento que permita identificar com maior brevidade tais eventos, fornecendo
16 subsídios necessários para controle e alerta; Com a palavra a Sra. Dilma Seli da Agência Nacional das Águas, informou que
17 a ANA firmou um convênio com OMM, para monitoramento das principais bacias, e deverá apresentar o projeto ao
18 CEIVAP para ser discutido,e, que deverá ser implantado o mais breve possível; Retomando a palavra, o Sr. Josemar
19 Coimbra, propões que seja firmado uma parceria com as empresas como CEDAE, LIGHT, SAAE’S e FEEMA, de um
20 sistema emergencial de monitoramento , por se tratar de um problema que afeta todas as empresas citadas, para isto se faz
21 necessário um manifesto do CEIVAP, e o interesse de todos; Com a palavra o Sr. Edílson de Paula Andrade, Secretário
22 Executivo do CEIVAP, passa a conduzir os trabalhos, passa a palavra ao Sr. Cândido Menconi da KAISER, comenta que
23 em contato com a CETESB, mostro-se o interesse da instalação do sistema de monitoramento nas suas dependências;
24 complementando, com a palavra o Sr. Benedito Jorge Presidente do CBH-OS comentou que, conforme já vem
25 acontecendo, várias reuniões em parceria com o INPE- Instituto de Pesquisas Espaciais de Cachoeira Paulista(SP),
26 CETESB, DAEE, que resultou na contemplação de 07(sete) estações de monitoramento de qualidade de água, a ser
27 instalada no Rio Paraíba do Sul trecho Paulista, e, que entre os meses de agosto a setembro já estaria em funcionamento a
28 primeira, nas dependências da BASF em Guaratinguetá, sistema este de monitoramento via satélite com informações
29 transferidas a cada 03(três) horas para um banco de dados a disposição para consulta(CETESB) via internet; Com a palavra
30 o Sr. Eduardo Meohas Presidente do CEIVAP, informa a todos que em contato com o Presidente da FEEMA, pediu uma
31 posição do órgão quanto ao aparecimento da mancha de óleo ocorrido no Rio Paraíba, o mesmo informou já ter solicitado
32 aos seus técnicos a coleta de uma amostra para ser enviada ao Rio de Janeiro para análise, e que assim que obtivessem
33 algum resultado, isto seria comunicado ao CEIVAP, mas que a princípio se tratava de uma mancha de óleo diesel, e que e
34 que ela se dissipou, não devendo ameaçar a elevatória de Santa Cícília; Com a palavra o Sr. Edílson em nome do CEIVAP,
35 assume o compromisso em dar atenção a este caso; Retomando a condução dos trabalhos, o Sr. Edílson passa a dar
36 informação sobre a reunião do Comitê Guandu, e a Agência Nacional de Águas, que ocorre, levando-se em conta da
37 necessidade para definição de outorga da águas que saem em Santa Cícília bombeando para o Rio Guandu, além da
38 outorga, a cobrança pelo usos destas águas que o Paraíba deixa de ter em seu curso, com isso tratou-se de abrir algumas
39 alternativas para definição de outorga, entre elas, outorgar pelo uso da LIGHT, ou por um espécie de associação de usuários
40 daquela bacia e uma outra hipótese conforme lembrado pelo Sr. Cláudio Serricchio do escritório técnico do CEIVAP, como
41 sendo uma proposta com anuência do Governo do Estado o processo pela Agência Nacional de Águas, a cobrança
42 individualmente aos usuários; em complemento o Sr. Edílson destacou que, seja qual for a proposta, que o resultado da
43 cobrança será utilizado pelo Paraíba e pelo Guandu, finalizando que a questão de transposição deve ser tratada como
44 questão da gestão integrada das bacias, e que é uma questão muito importante e que deve ser tratada em uma reunião
45 específica com o CEIVAP e o Comitê do Guandu; Pela ordem o Sr. Benedito Jorge- CBH-PS pede a palavra, se justifica e
46 solicita também a presença do Comitê Paulista nesta reunião específica levando-se em conta os reflexos diretos que se dá
47 ao trecho Paulista a transposição destas águas; com a palavra a Sra. Maria Aparecida Vargas do Consórcio Rio Muriaé,
48 coloca que esta discussão deve sem dúvida nenhuma ser apreciada pela plenária do CEIVAP, mesmo para conhecimento de
49 todos do que se esta sendo decidido; Retomando a condução dos trabalhos o Sr. Edílson propões uma alteração sequencial
50 da Ata, para das alguns informes do estágio que se encontra a Agência de Bacia e passaria em seguida para a ANA fazer
51 sua apresentação no que trata o Processo de regularização dos usos e em seguida com os pontos restantes a equipe da
52 COPPE; proposta esta aceita por todos; Assim o Sr. Edílson passa a informar sobre o andamento do processo de registro da
53 Associação Pró-Gestão, e que todas as exigências formais para regularização estavam sendo cumpridas, e que para tanto,
54 será necessário o envio da procuração por parte dos membros para adesão, e que havendo um número representativo de
55 adesões se faria o registro da Associação no Cartório; Com a palavra o Sr. Cláudio Serricchio, complementou informando
56 que, vencido esta etapa, cabe a Diretoria provisória animar o processo de instalação do Conselho Administrativo, para que
57 assim possa exercer suas competências, entre elas a escolha da Diretoria, que terá suas providências, para tanto, o Sr.
58 Cláudio propõe, tendo em vista o grande desafio que terá esta Agência, que se faça uma reunião para tratar especificamente
59 com as Câmaras Técnicas, partindo de um quadro geral sinalizando para uma definição da experiência de cada um,
60 chegando ao que seja os indicativos do trabalho técnico organizacional a altura destas necessidades;Referindo-se ao
61 apresentado, com a palavra a Sra. Dilma Seli- ANA, informou a pedido do Dr. Rodrigo Melo Procurador da ANA, que na
62 reunião que participou no Ministério do Planejamento, quando apresentou o Estatuto da Associação, que foi bem avaliada,
63 tendo uma boa arquitetura para os fins, e que se tratando que a Agência é pioneira e modular no Brasil, precisa ser tratada
64 com muito cuidado, precisa ter sua arquitetura técnico-organizacional e administrativa sólida, e aliar boas propostas com
65 viabilidade política.Pela ordem, o Sr. Edílson passa palavra para o Sr. Viana da Agência Nacional de Águas, que destaca
66 importância do Comitê no processo pós criação da Agência, pois e ele que dará legitimidade e representatividade a ela
67 Agência que é o executivo que implementará as ações; retomando a condução dos trabalhos, o Sr. Edílson conclui, que
68 conforme entendimentos de todos, fica a proposta de marcar as reuniões específicas no futuro congregando todas as
69 informações, e as transferindo para as Câmaras Técnicas e aos Membros do Comitê; e aproveitando o direito de uso da

70 palavra o Sr. Edílson, solicita ANA na pessoa da Sra. Dilma que faça um relato do convênio com a FGV, prontamente a
71 Sra. Dilma Seli, informou que o convênio já está firmado com a FGV, que tem como princípio propor alternativas técnicas
72 e organizacionais para a Agência, e com o objetivo de disponibilizar essas alternativas ao CEIVAP, Com a palavra o Sr.
73 Edilson, após, com as informações prestadas pela Sra. Dilma, propõe um prazo de 30(trinta) dias, para voltar a tratar da
74 arquitetura técnico organizacional e administrativo da Agência; neste momento o Sr. Mauro Viegas da FIRJAN, solicita
75 que estas informações seja encaminhadas aos Membros do CEIVAP, antes da realização da reunião, para conhecimento
76 prévio de todos; assim sendo, o Sr. Edison dando sequencia a pauta da reunião, passa a palavra a Sra. Dilma para fazer suas
77 considerações de que trata o item 3 da pauta(processo de regularização dos usos), e solicita que a mesma que seja dado uma
78 informação bem sucinta sobre a confecção dos convênios com os estados, tendo em vista o desconhecimento de alguns
79 membros das Câmaras Técnicas presentes, e, a Sra. Dilma passa a falar da estratégia que a ANA esta discutindo e pondo
80 em marcha para a implantação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos nas bacias prioritárias, e que esta estratégia
81 passa pelo pressuposto de que temos que viabilizar a bacia como unidade de planejamento, e para isso se exige um pacto
82 político entre os gestores, também referindo-se ao Convênio de Integração, já firmado com o Rio de Janeiro e Minas Gerais
83 e em fase de pré-assinatura com São Paulo, e sua necessidade em face à dupla dominialidade das águas da bacia, e que a
84 resolução conjunta de outorga é a base da regularização dos usos; na sequência, com a palavra o Sr. Viana, referi-se ao
85 processo de regularização de usos do sistema que será montado, apresentando um fluxograma do processo; com a palavra o
86 Sr. Pedro Poccioni da Agência Nacional de Águas informou que o cadastramento se dará entre 16 de setembro a 16 de
87 dezembro, e que o sistema de cadastramento estará no ar até o final de agosto, falou também da contratação das ONG'S,
88 Vale Verde(SP), Centro de Conservação da Natureza(MG), CECNA (RJ), responsáveis pelo cadastramento, e receberão o
89 treinamento na segunda quinzena de agosto de 2002, sendo o sistema tipo Imposto de Renda acessível pela internet, esta
90 sendo contratado o serviço 0800, com atendimento pelo escritório sede em Resende(RJ). O sistema tem como objetivo o
91 recadastramento geral dos usuários da bacia, independentemente do domínio das águas, mesmo os usos considerados
92 insignificantes, para que se tenha a base de dados necessários, e que 90(noventa) dias seria o prazo final do cadastramento;
93 falou da empresa que responsabilizará pelo sistema computacional que será Engecorps ganhadora da concorrência, também
94 afirmou que o plano de apoio aos usuários terá sede em Resende(RJ), e contará com 10(dez) escritórios divididos
95 igualmente 3(três) por estado mais sede em Resende(RJ); com a palavra a Sra. Dilma passou a falar do plano de mídia a ser
96 implementado, Será uma campanha anunciando o trabalho através de folhetos, cartazes, rádio e tv's locais, assim como um
97 livreto informativo para os usuários e chamando a comparecerem para o cadastramento; Com a palavra o Sr. Ivo Brasil da
98 Agência Nacional de Águas responsável pela outorga, cobrança e fiscalização, fez suas considerações destacando a
99 necessidade da transparência nas ações para que toda a sociedade tenha acesso as informações de outorga, cobrança e
100 fiscalização, através da informatização, e que a ANA deverá no envolvimento de fiscalização se fazer presente de forma
101 amigável e fraterna, e que a data para o início da cobrança na bacia do Paraíba é 19 de novembro, e a fiscalização da ANA
102 estará envolvida no processo. Em face às incertezas da resposta à convocatória via sistema; Com a palavra o Sr. Mauro
103 Viegas, sugere que a palavra fiscalização fosse substituída por outra nesse caso, pois ela esta associada a processos
104 corretivos, e não é essa visão para esse primeiro momento de regularização na bacia; Com a palavra o Sr. Cristiano Guedes
105 do SAAE- Volta Redonda, pergunta se seria outorgado as águas subterrâneas e se haveria uma unidade móvel para
106 implementar o processo; em resposta a Sra. Dilma informou que a convocatória abrange todos os usos e usuários dos
107 recursos hídricos, e portanto, os recursos subterrâneos. Achou interessante a ideia de unidade móvel; Com a palavra a Sra.
108 Fátima Casarin da ONG CECNA, prevê a realização de 06(seis) seminários em municípios estratégicos no Rio de Janeiro,
109 para divulgação e mobilização sobre o processo, e que todos os 53 municípios do estado serão visitados; Retomando a
110 condução dos trabalhos o Sr. Edílson seguindo a ordem de inscrição, passa a palavra para a Sra. Zeila Pionto da VCP, que
111 levanta a questão da normatização das outorgas como ela esta sendo prevista se via resolução ANA, pergunta, como fica
112 esta compatibilização com relação a regulamentação com relação a 9433?, Sr. Ivo Brasil, responde que em função da
113 necessidade vamos produzindo a resolução para cada caso, respeitando a 9433 que constituirão parte da regulamentação
114 geral, considerando as deliberações do CNRH e das deliberações do CEIVAP; Com a palavra o Sr. Josimar Coimbra
115 referindo-se a mancha de óleo tratado no início da reunião, falou da precariedade da Defesa Civil de Barra Mansa para
116 atuar no controle de uma situação com essas, e que o CEIVAP, precisa encontrar uma maneira para atuar com eficiência
117 nestes casos; Com a palavra o Sr. Eduardo Meohas Presidente do CEIVAP, retorna o item 3 da pauta, que trata do processo
118 de Regularização dos Usos, e coloca que ao seu ver que a estrutura montada aparentemente lhe parece pesada, e perguntou
119 sobre a sua continuidade, e nesse caso, se haveria previsão orçamentária adequada, para que não haja descontinuidade do
120 Processo; Em resposta Sra. Dilma, informou que está tudo previsto, e que o processo seguirá com as características
121 anunciadas até que seja implantada a Agência; Retomando a palavra o Presidente do CEIVAP, Sr. Eduardo Meohas,
122 informou que gostaria de doar um terreno para construção da sede própria do CEIVAP, em local nobre, situado na beira do
123 Rio Paraíba, proposta esta acolhida por todos os presentes; Pela ordem, com a palavra a Sra. Cristina Yuan da IBS, que fala
124 dos aspectos operacionais para regulamentação, e que esta faltando atores importantes que são os Conselhos de Recursos
125 Hídricos, que a competência Legal para regulamentar os instrumentos, assim como compatibilizar estas questões de
126 operacional dos Órgãos Gestores e o conflito de regulamentação?, Com a palavra o Sr. Vicente, falando em nome dos
127 produtores rurais, solicitou que ficasse registrado a preocupação desta entidade da classe quanto ao que se refere outorga e
128 metodologia da cobrança, que as atividades agrícolas devem ser sim consideradas usuárias, mas deve-se levar em
129 consideração que são elas também responsáveis pela produção de água pela absorção das águas provenientes de chuva,
130 entre outras deve-se na formatação da metodologia ser levado em consideração; Com a palavra o Sr. Edílson coloca em
131 votação as Atas das reuniões anteriores realizadas, pela ordem de datas (21/03/02; 25/04/02; 15/05/02 e 14/06/02), que foi
132 aprovado por todos; após, o Sr. Edílson fez algumas considerações sobre o processo de registro da Associação, convocando
133 a todos que providencia-se as procurações com a maior brevidade possível, para adesão, tendo em vista o prazo Legal para
134 tal procedimento; Passa a palavra para o Sr. Josemar Coimbra para a condução dos trabalhos que trata os itens de pauta;
135 passa a palavra ao Sr. Jander Campos da COPPE, onde faz em breve relato do Plano de Recursos Hídricos (PRH) inicial,
136 composto de um diagnóstico da situação atual dos recursos hídricos, onde apresenta uma análise de alternativas levando em
137 consideração o crescimento demográfico, a evolução das atividades produtivas; fez uma síntese atual da bacia citando os
138 critérios e prioridades para outorga e direitos de usos, falou também que o relatório referente ao volume 07 que trata estas
139 questões são passíveis de revisão e no volume 08 apresenta a proposta para criação de áreas sujeitas a restrição de Uso com

140 vistas à proteção dos Recursos Hídricos; após algumas intervenções por parte dos membros, o Sr. Roberto da CSN, faz seu
141 questionamento sobre o relatório apresentado entendendo que foi mudado o relatório antes aprovado pelo CEIVAP,
142 solicitando que seja cumprido as condições da resolução; em resposta o Sr. Jander ponderou, critérios e cobrança, ficou
143 definido pelo saneamento, outros Usos, usos Insignificantes que estão contemplados no relatório, e que naqueles momentos
144 no CEIVAP estão em discussão a nota técnica apresentada dependendo do CEIVAP a aprovação, e, assim ocorrer este será
145 o relatório, disse ainda que as questões dos usos insignificantes e metodologia de critérios para os demais usuários não
146 estaria ainda definidos; com a palavra o Sr. Roberto volta a questionar da veracidade do Plano B da ANA, em cobrar das 20
147 maiores empresas dos estados; com a palavra o Sr. Júlio Targa da ONG Uma nas Águas, fala que queria contrapor a visão
148 técnica burocrática, e reforçar a visão ambientalista, relembrando o objetivo da política de recursos hídricos e o objetivo da
149 cobrança da água como instrumento de gestão que é recuperar o meio ambiente, e que se perde em considerações técnicas
150 burocráticas e normativas, deixando de lado a visão do objetivo final, e com relação a divulgação deste plano, há
151 necessidades de que seja bem feita, pois a visão que a sociedade civil tem é a de mais um imposto, e que a cobrança venha
152 a ser mais sistema arrecadador, e esta imagem tem que ser verdadeiramente esclarecida; e completou fazendo suas
153 considerações das atividades agrícolas justificando que esta atividade é a que mais contribui para a
154 conservação, preservando e recuperação do meio ambiente se for bem executado, e apresenta a todos uma proposta para
155 aprimoramento da fórmula para cobrança para o setor, onde faz menção ao estudo preliminar de criação do Coeficiente
156 Agro-Ambiental, o qual passaria a compor a fórmula, e que para tanto necessitaria um prazo de 45 dias para finalizarem o
157 estudo; Com a palavra a Sra. Marlene, coloca que o Plano tem que apresentar diretrizes e que é extremamente importante
158 um relatório executivo, e que talvez a própria ANA possa fazer pois tem todos os meios; Com a palavra p Sr. Cláudio
159 Serricchio chama a atenção dizendo que esta nova apresentação do Plano para que possa ter o Plano inicial, e que estamos
160 fazendo para que não tenhamos apenas o PQA, e na verdade o planejamento é um processo continuado para que tenhamos
161 o Plano inicial e diferenciado do que seria o plano feito inclusive como a renovação do pacto de bacia conforme
162 compromisso em todas as assembleias de discussão da cobrança, onde estaríamos efetuando a cobrança com o
163 planejamento existente, e que teríamos um processo dinâmico participativo para elaboração de um plano em um momento
164 seguinte que é aquele do termo de referência aprovado pelo CEIVAP, chamado agora de Plano 2003/2007; Com a palavra o
165 Sr. Edílson lembra a todos da necessidade de se fazer varias audiências na bacia, repactuar, estabelecer novas prioridades, e
166 isso é mais um alerta, e em função disso teve a garantia dos dirigentes da ANA, de que não haverá problemas para implantar
167 a outra metodologia com as audiências públicas; e como consenso ficou decidido a elaboração de uma síntese do
168 apresentado do Planinho ou do Planão; a Sra. Dilma informou que foi feito um livro da bacia, e que a ANA, vai
169 providenciar um documento sobre erosão e um outro sobre Saneamento, e que concorda que seja feito um sumário; Com a
170 palavra o Sr. Edilson comenta que ficou claro nesta discussão é que precisamos ter um documento do plano que possa ser
171 colocado na mão do Prefeito e ele facilmente identifique o que o plano propõe, quais os assuntos mais importantes as
172 metas, coisa que o livro da bacia não chega a este detalhe, havendo necessidade de algo mais fácil entendimento; Com a
173 palavra o Sr. Cláudio Serricchio, se coloca em defesa a necessidade de ter uma síntese do plano pois seria impossível
174 encaminhar para aprovação do CEIVAP 07 volumes, que necessitaria de um tempo para sua leitura e entendimento, por
175 isso a necessidade desta; Pela ordem de inscrição, com a palavra o Sr. Pedro Poccioni, falando sobre o Plano, e a
176 necessidade de refazer toda base de dados da bacia, não vendo no momento a necessidade de partir para o plano definitivo,
177 em função destes novos dados e a real situação da bacia; Com a palavra o Sr. Urbano Patto da Prefeitura Municipal de São
178 José dos Campos(SP), fala que no momento se faz necessário um grande esforço para conclusão do plano e fazer a síntese;
179 Com a palavra a Sra. Fátima propõe que seja considerado uma linguagem e um instrumento de comunicação mais acessível
180 para o entendimento do plano, e atribui a esta a falta de comunicação; Com a palavra o Sr. Edílson solicita a pedido, que
181 fique aqui registrado que será elaborado a síntese do Plano para aprovação e ser submetido à Câmara Técnica e ao
182 CEIVAP; Dando continuidade aos trabalhos, com a palavra o Sr. Jander, passa a apresentar a proposta de definição de Usos
183 insignificantes, e que esta dependeria da bacia e do tipo de uso, considerando a proposta de vazão insignificantes até 1L/s;
184 Com a palavra a Sra. Juliana Koepfel da FIEMG, considera o número apresentado um pouco cabalístico, não achando
185 coerente com o que foi escrito no início, e que não tendo cadastro ficaria difícil adota-lo; o Sr. Jander comenta que, se
186 esperar que tudo seja feito para se tomar uma decisão não teremos nem um plano, é necessário um ponto de partida; Com a
187 palavra o Sr. Edílson comenta que no seu entender, e imaginando que abaixo de 1L/s são considerados usos insignificantes
188 e não estão obrigados a se outorgar, mas acha que deve ser bem informada esta frase, pois aqueles que menos de 1L/s e
189 queiram se outorgar tenham que ter esta possibilidade, ficando sujeito à cobrança, mesmo abaixo, mas considera que esta
190 possibilidade tem que estar aberta, para evitar que o interessado queira ter um documento legal que tem uma outorga, por
191 exemplo de 0,8; Com a palavra o Sr. Mauro Vigas apresenta, que não havendo cadastro, sugere que a cobrança se faça
192 neste primeiro momento como foi deliberado a cobrança de todos, e após 3 anos inverteria, até podemos deixar de cobrar,
193 porque justo que realmente capta 1L/s, e passa a deixar de pagar, seria na sua opinião o mais correto do que esta se
194 propondo, e daqui a 3 anos após revisão e cobrar, justificando que sob o aspecto humano inclusive é muito complicado,
195 havendo possivelmente o questionamento “ até agora não me cobravam porque vocês acham que não precisava, agora vou
196 ter que pagar por aquilo que venho usando a três anos?” assim no seu entender deve-se pagar, que seja o mínimo, mas se
197 pague, para então depois se reajustar; Em complemento ao exposto, com a palavra o Sr. Cláudio Serricchio, se coloca em
198 total acordo ao apresentado, justificando que este documento enquanto foi discutido, se trabalhava até com duas lógicas e
199 se encaminhou para a simplificação excessiva, citando por exemplo o sistema de saneamento de cidades pequenas este 1L/s
200 seria razoável, teria que diferenciar, pois para comunidades pequenas excluiria 55 sistema e que seria razoável excluí-los,
201 mas já na indústria este critério de 1L/s, estaria sendo excluído 2/3 do universo conhecido hoje, o que parece exagero, e se
202 posiciona a favor de que seja considerado em torno de 500 a população mínima de núcleo urbano e 0,5 L/s para não se
203 trabalhar com um número desprezível, considerando ainda que o ideal seja 0,2 L/s, porque o 0,5 já estaria excluindo 410 de
204 um universo 410 de um universo de 608; Com a palavra a Sra. Dilma comenta que será adotado um caminho simples,
205 linear, considerando que não dispomos de um cadastro completo, deliberar para 2 a 3 anos, e voltar após isso a decidir
206 sobre a questão. Depois o Sr. Eduardo Meohas, Presidente do CEIVAP, agradeceu a presença de todos os membros e
207 convidados, declarou encerrada a reunião, tendo a presente ata sido lavrada e assinada por mim, Flávio Simões, secretario
208 “ad hoc” e por ele que a presidiu.